Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 257: RESPONSABILIDADE POR DANO AMBIENTAL II 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 257 Brasília, 15 de abril de 2025

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 04/04/2025.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 257: RESPONSABILIDADE POR DANO AMBIENTAL II

1. O dano ambiental é intergeracional, pois impõe às gerações presentes o dever de solidariedade para com as futuras.

Julgados: AgInt no AREsp 1890696/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 30/06/2022; ; AgRg no RHC 119215/SC, Rel. Min. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 26/11/2019

2. O poluidor transfere externalidades ambientais negativas para os vizinhos, a coletividade e as gerações futuras, com isso se apropriando dos lucros e terceirizando os custos sanitários, ecológicos, paisagísticos e culturais da atividade econômica. Por esse motivo, um dos objetivos principais do Direito Ambiental é inverter a lógica de individualismo extremado da poluição, de modo a fazer com que - por meio de instrumentos precautórios, preventivos, reparatórios e sancionatórios - o preço final de produtos e serviços reflita precisamente a realidade da degradação do patrimônio público, indispensável ao bem-estar e à sobrevivência da humanidade e da comunidade da vida.

Julgados: AgInt no AREsp 1750009/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 05/06/2024

3. A responsabilidade civil por dano ambiental tem natureza reparatória e punitivo-pedagógica.

Julgados: AgInt no AREsp 1890696/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 30/06/2022

4. A responsabilidade por danos ambientais é solidária entre todos os poluidores ou degradadores, diretos ou indiretos, assim o litisconsórcio passivo é facultativo.

Julgados: ; AgInt no REsp 2167747/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJEN 18/03/2025; ; AgInt no AREsp 2009721/MS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 26/06/2024; ; AREsp 1886951/RJ, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/06/2024; ; AgInt nos EDcl no REsp 2080349/RJ, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/06/2024; ; REsp 1962089/MS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 26/09/2023; ; AgInt no REsp 1860338/AM, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 11/02/2021

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 433 e 360) (Vide Jurisprudência em Teses N. 30 - TEMA 7)

5. O agente, ao criar ou assumir o risco de danos ambientais, tem o dever de reparar os danos causados e, em tal contexto, o ônus de provar que sua conduta não foi lesiva.

Julgados: AgInt no AREsp 2004087/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 27/06/2022; ; AgRg no REsp 1192569/RJ, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 27/10/2010; ; REsp 1060753/SP, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 14/12/2009; ; REsp 1049822/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, DJe 18/05/2009; REsp 2189691/SC (decisão monocrática), Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, publicado em 05/02/2025

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 418 e 404) (Vide Súmula Anotada N. 618/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 30 - TEMA 4 e N. 30)

6. A ausência ou impossibilidade de prova técnica não inviabiliza o reconhecimento do dano ambiental nas hipóteses em que o dano é notório.

Art. 374, I, do CPC.

Julgados: REsp 2065347/PE, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 24/04/2024

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 805)

7. Configurado o dano ambiental, o dano moral coletivo é presumido, ou seja, independe de prova de dor, sofrimento, repulsa ou indignação da coletividade afetada.

Julgados: ; AgInt no AREsp 2398206/MT, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEGUNDA TURMA, DJEN 02/12/2024; ; AgInt no REsp 1913030/RO, Rel. Min. AFRÂNIO VILELA, SEGUNDA TURMA, DJe 21/06/2024; ; REsp 1989778/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 22/09/2023; ; REsp 1940030/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 06/09/2022; ; REsp 1745033/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 17/12/2021; ; AgRg no AREsp 737887/SE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 14/09/2015; ; REsp 1269494/MG, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 01/10/2013

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 18 - Edição Especial e 14E)

8. O desmatamento e a exploração madeireira realizados sem licença ou autorização do órgão ambiental competente geram dano moral coletivo.

Julgados: ; AgInt no REsp 1913030/RO, Rel. Min. AFRÂNIO VILELA, SEGUNDA TURMA, DJe 21/06/2024; ; REsp 1989778/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 22/09/2023; ; REsp 1555220/MT, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 20/08/2020; AREsp 2703868/MT (decisão monocrática), Rel. Min. TEODORO SILVA SANTOS, Segunda Turma, publicado em 11/03/2025; AREsp 2404180/MT (decisão monocrática), Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Segunda Turma, publicado em 06/03/2025

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 14 - Edição Especial)

9. A vegetação nativa das restingas é sempre considerada área de preservação permanente.

Arts. 4º, VI, e 8º, § 1º, do Código Florestal e 3º, IX, da Resolução n. 303/2002 do CONAMA.

Julgados: ; AgInt nos EDcl no REsp 2143590/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJEN 23/12/2024; ; REsp 1814091/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 06/05/2024; ; REsp 2083016/SC, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 21/08/2023; ; REsp 1462208/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 06/04/2015

10. A proteção legal às áreas de preservação permanente (APPs) configura limitação administrativa ao direito de propriedade.

Julgados: ; AgInt no REsp 2062845/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/12/2023; ; REsp 1761178/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 11/09/2020; ; AgRg no AREsp 338744/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 24/11/2016; AREsp 2145757/SC (decisão monocrática), Rel. Min. MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF5), Primeira Turma, publicado em 22/09/2022; AREsp 920888/MG (decisão monocrática), Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, publicado em 09/03/2020

(Vide Súmula Anotada N. 613/STJ) (Vide Pesquisa Pronta)

11. A proteção ao meio ambiente não diferencia área urbana ou rural, pois visa favorecer a qualidade de vida garantida pela Constituição, pelo Código Florestal e pela legislação ambiental.

Julgados: ; REsp 1646016/RN, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 28/06/2023; ; REsp 1770808/SC, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 10/05/2021; ; REsp 1775867/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 23/05/2019; ; AgInt no REsp 1542756/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 02/04/2019; ; AgInt no REsp 1484153/SC, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/12/2018; ; AgInt no AgInt no AgInt no AREsp 747515/SC, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 15/10/2018; REsp 1982558/RS (decisão monocrática), Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, publicado em 09/08/2024; REsp 1862026/SC (decisão monocrática), Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, publicado em 14/02/2024

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 694)

12. Construções irregulares em área de preservação permanente devem ser demolidas e a área recuperada, mesmo em áreas urbanas consolidadas, pois não se aplica a teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.

Julgados: REsp 1841295/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA TURMA, DJEN 27/02/2025; ; REsp 1986200/SC, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJEN 30/01/2025; ; AgInt nos EDcl no AREsp 1769681/MS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 14/09/2023; ; EDcl no REsp 1770967/SC, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 28/06/2023; ; AgInt no AREsp 2022098/MS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 19/12/2022; ; AgInt nos EDcl na AR 6812/DF, Rel. Min. OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 12/08/2021

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 842 e 17E) (Vide Súmula Anotada N. 613/STJ)

13. A competência para a proteção ambiental é comum aos entes da federação e é permitida a atuação supletiva se o órgão inicialmente responsável pelo licenciamento ou pela autorização ambiental se omitir de fiscalizar ou o fizer de forma insuficiente.

LC n. 140/2011.

Julgados: ; AgInt no AREsp 1624736/MS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJEN 05/12/2024; ; AgInt no AREsp 2318398/SP, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 02/09/2024; ; AgInt no REsp 1867401/SE, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2023; ; AgInt no AREsp 1562481/PA, Rel. Min. PAULO SÉRGIO DOMINGUES, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/06/2023; ; REsp 1892659/PR, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 30/03/2022; ; REsp 1132682/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 12/03/2020

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 22 - Edição Especial, 17E e 667) (Vide Jurisprudência em Teses N. 217)

14. Na ocorrência de dano ambiental de grande magnitude, é possível, por meio da técnica de distinção jurisprudencial (*distinguishing*), aplicar subsidiariamente da Lei da Ação Civil Pública para fixar a competência do foro do local do dano no julgamento da ação popular.

Art. 2º da Lei n. 7.348/1985.

Julgados: CC 164362/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 19/12/2019

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 662)